STJ00106658

FRANCISCO JOSÉ CAHALI

CURSO DE ARBITRAGEM

MEDIAÇÃO • CONCILIAÇÃO • TRIBUNAL MULTIPORTAS

7ª edição

THOMSON REUTERS
REVISTA DOS TRIBUNAIS™

STJ00106658

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais
Juliana Mayumi Ono

Editorial: Andréia Regina Schneider Nunes, Cristiane Gonzalez Basile de Faria, Diego Garcia Mendonça, Luciana Felix, Marcella Pâmela da Costa Silva e Thiago César Gonçalves de Souza

Analistas Editoriais: André Furtado de Oliveira e Karolina de Albuquerque Araújo

Assistente Editorial: Francisca Sena

Produção Editorial
Coordenação
Ivi̇ê A. M. Loureiro Gomes

Líder Técnica de Qualidade Editorial: Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Damares Regina Felício, Danielle Castro de Morais, Felipe Augusto da Costa Souza, Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos, Maria Eduarda Silva Rocha, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra, Rafaella Araujo Akiyama e Thaís Rodrigues Sampaio

Analistas de Qualidade Editorial: Carina Xavier, Daniela Medeiros Gonçalves Melo e Maria Cecilia Andreo

Estagiários: Angélica Andrade, Beatriz Brandão Belo Bicker, Miriam da Costa Leite, Nicolas Eugênio Almeida Bueno e Sthefany Moreira Barros

Capa: Chrisley Figueiredo

Adaptação de Capa: Brenno Stolagli Teixeira

Controle de Qualidade da Diagramação: Carla Lemos

Equipe de Conteúdo Digital
Coordenação
Marcello Antonio Mastrorosa Pedro

Analistas: Ana Paula Cavalcanti, Jonatan Souza, Luciano Guimarães e Rafael Ribeiro

Administrativo e Produção Gráfica
Coordenação
Mauricio Alves Monte

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Rafael da Costa Brito

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Cahali, Francisco José
Curso de Arbitragem : Mediação : Conciliação : Tribunal Multiportas / Francisco José Cahali. -- 7. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2018.

Bibliografia.
ISBN 978-85-549-4751-4

1. Arbitragem (Direito) - Brasil I. Título.

18-14181 CDU-347.918(81)

Índices para catálogo sistemático: 1. Brasil : Arbitragem : Processo civil 347.918(81)

STJ00106658

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS 11

APRESENTAÇÃO 13

1. INTRODUÇÃO 25
   1.1. Introdução às alternativas adequadas de resolução de disputas 27
   1.2. Breve histórico 33
   1.3. Bibliografia recomendada 41

2. ALTERNATIVAS ADEQUADAS PARA SOLUÇÃO DE DISPUTAS, A RES. 125/2010 DO CNJ – TRIBUNAL MULTIPORTAS E O NOVO MODELO PROCESSUAL INTRODUZIDO PELO CPC/2015 43
   2.1. Introdução 45
   2.2. Conciliação, negociação, mediação e arbitragem 46
   2.3. Outras formas de solução de conflitos 54
   2.4. Tribunal multiportas 64
   2.5. Do conteúdo da Res. CNJ 125/2010 e Estrutura Proposta 70
      2.5.1. A "rede" de tratamento adequado dos conflitos 71
      2.5.2. Dos conciliadores e mediadores 73
   2.6. O modelo processual introduzido pelo CPC/2015 75
      2.6.1. Valorização dos métodos consensuais de solução de conflitos no CPC/2015 75
      2.6.2. Integração do Mediador e do Conciliador no Código de Processo Civil como auxiliares da justiça 77
      2.6.3. Encaminhamento à mediação ou conciliação como etapa inicial do processo 81
      2.6.4. Particularidades da Lei 13.140 de 26 de junho de 2015 quanto à mediação judicial 87
   2.7. Bibliografia recomendada 88

STJ00106658

3. MEDIAÇÃO 91
3.1. INTRODUÇÃO 93
3.1.1. A Lei 13.140, de 26 de junho de 2015 96
3.2. Princípios norteadores da mediação 98
3.3. Técnicas de mediação 105
3.4. A latitude (dimensão) da mediação 107
3.5. A Lei 13.140, de 26 de junho de 2015 – suas particularidades 112
3.5.1. Dos mediadores 113
3.5.2. Do procedimento de mediação privada 114
3.5.3. O início da mediação privada 115
3.5.4. O desenvolvimento da mediação privada 118
3.5.5. O encerramento da mediação privada 119
3.6. Bibliografia recomendada 121

4. ARBITRAGEM – A LEI 9.307/1996, CARACTERÍSTICAS E NATUREZA JURÍDICA 123
4.1. Arbitragem – noções gerais e vantagens do instituto 125
4.2. A Lei 9.307/1996 128
4.2.1. A constitucionalidade da Lei 9.307/1996 131
4.3. Natureza jurídica da arbitragem 133
4.4. Bibliografia recomendada 139

5. ARBITRABILIDADE, PRINCÍPIOS DA ARBITRAGEM E ESPÉCIES 141
5.1. Arbitrabilidade 143
5.2. Princípios norteadores da arbitragem 146
5.3. Espécies de arbitragem – institucional ou avulsa (*ad hoc*) 156
5.3.1. Arbitragem institucional 158
5.3.2. Arbitragem *ad hoc* ou avulsa 160
5.4. Bibliografia recomendada 161

6. CONVENÇÃO ARBITRAL 163
6.1. Da convenção de arbitragem 165
6.2. Da cláusula compromissória 166
6.2.1. Cláusula arbitral cheia 169
6.2.2. Cláusula arbitral vazia 173
6.2.3. Cláusula arbitral patológica 180
6.2.4. Cláusula escalonada 184
6.3. Da autonomia da cláusula compromissória 189

STJ00106658

6.4. Do compromisso arbitral 190
6.4.1. Da extinção do compromisso arbitral 197
6.5. Dos efeitos da convenção arbitral 199
6.5.1. Da forma de arguição em juízo estatal da existência da convenção arbitral 202
6.6. Da convivência entre a cláusula compromissória e a eleição de foro 204
6.7. Bibliografia recomendada 205

7. DOS ÁRBITROS 207
7.1. Considerações iniciais 209
7.2. Quem pode ser árbitro 210
7.3. A escolha dos árbitros 215
7.3.1. A escolha dos árbitros na arbitragem multipartes 219
7.3.2. Quanto ao número de árbitros 222
7.3.3. O presidente do tribunal arbitral 223
7.3.4. Nomeação de secretário 224
7.4. Atributos dos árbitros 225
7.5. Do impedimento e suspeição do árbitro 233
7.6. Da substituição do árbitro 236
7.7. Da responsabilidade penal do árbitro 237
7.8. Da responsabilidade civil do árbitro 238
7.9. O árbitro como juiz de fato e de direito, sua autoridade e efeitos da sentença 240
7.10. Bibliografia recomendada 242

8. PROCEDIMENTO ARBITRAL 243
8.1. Considerações iniciais – as regras do procedimento arbitral 245
8.2. Dos princípios informativos do procedimento arbitral 247
8.3. Da cronologia do procedimento 251
8.4. A instauração da arbitragem 252
8.4.1. A exceção de recusa do(s) árbitro(s) 257
8.4.2. A arguição de vícios relativos a competência, nulidade, invalidade, ineficácia da convenção 261
8.4.3. A omissão das partes, na primeira oportunidade de se manifestar, quanto à recusa do árbitro e quanto aos vícios da convenção 264
8.5. A organização da arbitragem 266
8.5.1. A falta de assinatura no termo de arbitragem 270
8.6. Bibliografia recomendada 273

STJ00106658

9. PROCEDIMENTO ARBITRAL – II 275
9.1. Introdução 277
9.2. Do desenvolvimento da arbitragem 278
9.2.1. Fase postulatória 278
9.2.2. Dos atos processuais 280
9.2.3. Da revelia 281
9.2.4. Da conciliação 283
9.3. A produção de provas na arbitragem 284
9.3.1. Do depoimento das partes 287
9.3.2. Do depoimento das testemunhas 288
9.3.3. Do depoimento das testemunhas técnicas – *expert witnesses* 290
9.4. Casuísticas no curso do procedimento 291
9.4.1. As despesas com a arbitragem 291
9.4.2. A confidencialidade na arbitragem 295
9.4.3. A interrupção da prescrição pela iniciativa da arbitragem 296
9.4.4. A participação do advogado e assistente da parte 299
9.5. Bibliografia recomendada 300

10. TUTELAS PROVISÓRIAS DE URGÊNCIA E DE EVIDÊNCIA NA ARBITRAGEM E COOPERAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO 301
10.1. Considerações gerais sobre tutelas provisórias de urgência e de evidência 303
10.2. Das tutelas provisórias de urgência na arbitragem 306
10.2.1. Tutelas provisórias de urgência antecedentes 306
10.2.2. Medidas de urgência no curso da arbitragem 315
10.2.3. Convenção arbitral limitando a apreciação pelo árbitro de tutelas de urgência 317
10.3. Tutela provisória de evidência (antecipada) na arbitragem 319
10.4. Cooperação do Poder Judiciário 322
10.5. Da carta arbitral – O Código de Processo Civil de 2015 e a Reforma da Lei de Arbitragem 326
10.6. Bibliografia recomendada 330

11. SENTENÇA ARBITRAL 333
11.1. Introdução 335
11.2. Do prazo para ser proferida a sentença arbitral 336
11.3. Requisitos da sentença arbitral 339
11.3.1. Documento escrito 339

STJ00106658

11.3.2. Relatório, fundamentação e dispositivo 340
11.3.3. Data e lugar em que a sentença é proferida 342
11.4. Da comunicação da sentença arbitral 343
11.5. Julgamento proferido por tribunal arbitral 343
11.6. Pedido de esclarecimento 348
11.6.1. Correção de erro material 349
11.6.2. Pedido de esclarecimento 349
11.6.3. Do prazo para se aditar a sentença 351
11.7. Sentença parcial (julgamento por etapas) 351
11.8. Efeitos da sentença arbitral 355
11.8.1. Liquidez da sentença condenatória ao pagamento de quantia certa ... 356
11.8.2. O título executivo 357
11.9. Bibliografia recomendada 358

12. CUMPRIMENTO DA SENTENÇA ARBITRAL 361
12.1. Introdução 363
12.2. O conteúdo da sentença e as diversas formas de se exigir o seu cumprimento 364
12.2.1. Da materialização da sentença arbitral – considerações gerais necessárias à compreensão da posição adotada abaixo quanto aos diversos conteúdos possíveis do provimento e forma de sua efetivação ... 366
12.3. Da eficácia da sentença arbitral declaratória, constitutiva ou executiva *lato sensu* 369
12.4. Da execução da sentença arbitral condenatória ao pagamento de quantia certa em dinheiro 375
12.4.1. Prazo para cumprimento da sentença 377
12.4.2. Polêmica a respeito da multa pelo não cumprimento da sentença... 379
12.4.3. A citação pessoal do executado e prosseguimento do processo 381
12.4.4. Defesa 382
12.5. Da execução da sentença arbitral impondo obrigação de fazer e não fazer... 390
12.5.1. A fixação de prazo para cumprimento da obrigação e multa pela inércia 391
12.6. Da execução da sentença arbitral impondo obrigação de entrega de coisa ... 393
12.7. Da execução da sentença arbitral contra a fazenda pública 394
12.8. Bibliografia recomendada 395

13. INVALIDAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL 397
13.1. Invalidação da sentença arbitral – Um novo olhar ao instituto 399

STJ00106658

13.2. Das causas de invalidação da sentença arbitral 405
13.3. Do prazo para a propositura da ação 414
13.4. Procedimento e efeitos da desconstituição da sentença arbitral 415
13.4.1. Sentença que não decide todo o litígio submetido à arbitragem 418
13.5. Ação declaratória para impugnar jurisdição, procedimento e a sentença arbitral 420
13.6. Bibliografia recomendada 424

14. ARBITRAGEM TEMÁTICA 427
14.1. Introdução 429
14.2. Arbitragem no direito trabalhista 430
14.2.1. Arbitragem nos dissídios coletivos 430
14.2.2. Arbitragem nos dissídios individuais 432
14.3. Arbitragem no direito falimentar 438
14.4. Arbitragem no direito societário 442
14.5. Arbitragem e a administração pública 449
14.6. Arbitragem no direito de família 455
14.7. Arbitragem no direito das sucessões 460
14.8. Bibliografia recomendada 464

15. ARBITRAGEM INTERNACIONAL 467
15.1. Objeto deste capítulo 469
15.2. Arbitragem doméstica e arbitragem internacional 469
15.3. Escolha de Lei aplicável ao mérito da controvérsia 473
15.4. Homologação de sentença arbitral estrangeira 476
15.4.1. Normativa, objeto e competência 476
15.4.2. Fundamentos para denegação 478
15.5. Bibliografia recomendada 486

BIBLIOGRAFIA 489

ANEXOS – LEI 9.307/1996, LEI 13.140/2015, NORMAS E ENUNCIADOS PERTINENTES À ARBITRAGEM, CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO 501
Anexo 1 – Lei de Arbitragem – Lei 9.307, de 23 de setembro de 1996 503
Anexo 2 – Lei de Arbitragem consolidada com a Lei 13.129/2015, destacadas as modificações com breves comentários 515
Anexo 3 – Lei 13.140, de 26 de junho de 2015 – Marco Legal da Mediação 545
Anexo 4 – Emenda Regimental 18, de 17 de Dezembro de 2014, do Superior Tribunal de Justiça – Alteração do Regimento Interno 559

STJ00106658

Anexo 5 – Conciliação e Mediação no Código de Processo Civil de 2015 563
Anexo 6 – Artigos do CPC/2015 relacionados à Arbitragem 579
Anexo 7 – Enunciados da I Jornada Prevenção e Solução Extrajudicial de Litígios.... 589

OUTRAS OBRAS DO AUTOR 601